



**Projeto de Lei nº 022/2021**  
**Origem: Poder Executivo**

**EMENTA. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PROFESSOR. SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES AFASTADO EM LICENÇA INTERESSE. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. POSSIBILIDADE.**

### **RELATÓRIO**

Foi solicitado a esta Assessoria Jurídica parecer acerca do projeto de Lei nº 021/2021, que versa sobre contratação, em razão de excepcional interesse público e sem concurso público, de 1 (um) Professor, Área 1 (um), ANOS INICIAIS do Ensino Fundamental, para atuar na rede municipal de ensino em substituição a titular do cargo que requereu licença para tratar de interesses particulares.

### **ANÁLISE JURÍDICA**

Os exames desta Assessoria Jurídica da Câmara de Vereadores de Passa Sete se dão com fulcro nas atribuições do cargo contidas na Lei Municipal nº 881/2009. Nesse contexto, subtrai-se da análise questões que importem considerações de ordem política, técnica, financeira ou orçamentária, considerando a delimitação legal da competência da assessoria jurídica como função de consultoria aos senhores Vereadores e às Comissões legislativas.

Outrossim, importante consignar que a presente manifestação tem caráter meramente opinativo, expressando opinião fundamentada a partir da legislação, dos princípios doutrinários e científicos, analisando os questionamentos apresentados exclusivamente sob o aspecto legal/jurídico. Como função consultiva, à Assessora jurídica cabe analisar a legalidade dos procedimentos adotados pela Casa legislativa e dos Projetos de Lei encaminhados ao Poder Legislativo, ou dele emanados mas, de modo algum, implica em deliberações, as quais competem exclusivamente aos vereadores. Também é de se deixar claro que o posicionamento a ser exposto no presente parecer não exclui a previsível existência de entendimentos divergentes a respeito do tema em consulta.

Pois bem.

Sobre as contratações temporárias, assim reza o Regime Jurídico dos Servidores Municipais de Passa Sete:

*Lei Municipal 1.291/2014*

*Art. 195. Para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoal por tempo determinado.*

*Art. 196. Consideram-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público, as contratações que visam:*



- I - atender situações de calamidade pública;*
- II - combater surtos epidêmicos;*
- III - atender outras situações de emergência que vierem a ser definidas em lei específica.*

Considerando o afastamento de uma professora do quadro municipal, em razão de licença interesse, há a necessidade de contratação de professor capaz de suprir a demanda faltosa, uma vez que a área da Educação não pode ficar desguarnecida de servidores, principalmente em face do recente retorno às aulas presenciais.

Há de se salientar que a licença interesse não causa qualquer prejuízo à Municipalidade, pois o afastamento da servidora se dará sem remuneração.

A concessão da licença por interesse particular depende de análise discricionária da administração, que levará em consideração o interesse público e o não prejuízo à continuidade dos serviços pelo setor. O período de LIP não é considerado tempo de serviço público e afetará os períodos aquisitivos de férias, licença-prêmio, triênio e promoção por desempenho.

Quanto ao quesito financeiro, a nova contratação importa em gastos menores ao Município do que a remuneração da professora titular, não qualquer havendo impacto orçamentário negativo.

É claro que a contratação temporária configura permissivo constitucional de exceção, vinculado à existência de regulamentação própria, fundamentada na caracterização da necessidade temporária, no excepcional interesse público e no prazo determinado da contratação. A ausência de qualquer um desses elementos desfigura a contratação temporária e conduz à irregularidade da contratação passível de sanções legais previstas no ordenamento jurídico brasileiro. Neste caso, verificam-se presentes os três requisitos, uma vez que a não contratação causaria prejuízos ao Município, diretamente relacionados à garantia à educação – obrigação primária do Município.

Reitera-se que a contratação temporária é uma exceção à regra geral de admissão de pessoal por meio de concurso público (art. 37, II da Constituição), visto que os atos administrativos necessitam, imperiosamente, seguir cinco princípios constitucionais: a) legalidade; b) impessoalidade; c) moralidade; d) publicidade; e) eficiência, prevendo possibilidade restrita de ingresso à administração direta/indireta sem a realização de concurso público: os cargos comissionados ou as contratações temporárias – destinadas ou para atender necessidade transitória (que não é o caso), ou por “excepcional interesse público”.

Em se tratando de educação, é inegável o interesse público envolvido.

O período final da contratação está previsto com o prazo máximo de 7 meses, como termo final máximo a data de 31/12/2021, possibilitada a rescisão a qualquer tempo.

A regulamentação dos contratos temporários é trazida pelo art. 200 do Regime Jurídico Municipal:

*Art. 200. O contrato por tempo determinado extinguir-se-á:*



*I - pelo término do prazo contratual; ou*

*II - antecipadamente, por iniciativa de qualquer uma das partes contratantes.*

*§ 1º A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com a antecedência mínima de quinze dias, sob pena de desconto da remuneração correspondente ao período.*

*§ 2º A extinção do contrato por iniciativa do contratante, decorrente do interesse público e devidamente motivada, importará no pagamento da remuneração dos dias trabalhados, das férias proporcionais e da gratificação natalina proporcional.*

*§ 3º Excetua-se a extinção do contrato decorrente do cometimento de infração disciplinar punível com demissão e decorrente de procedimento disciplinar, hipótese em que será devida apenas a remuneração pelos dias trabalhados.*

Ademais, o projeto de lei traz a previsão de rescisão a qualquer tempo, obedecendo o regime jurídico e o interesse da municipalidade; a escolha do profissional será feita mediante processo seletivo simplificado (existente ou a realizar), modalidade esta de seleção pública sujeita a ampla divulgação, conforme lei Municipal nº 1.005/2011, respeitando-se os Princípios da Isonomia, da Impessoalidade e da Publicidade, tendo em vista que não se trata de cargos de livre contratação/exoneração, sob pena de apontamento junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS.

A justificativa acompanha parecer pela disponibilidade orçamentária, o que permite um afastamento do rigorismo da letra fria da lei quanto à questão orçamentária - além do fato de que o Município não pode ficar sem a prestação do serviço, sob pena de um mal maior.

Ainda, há de se destacar que o projeto de lei respeita a Lei Complementar 173/2021, com fulcro no art. 8º, IV.

É o modesto parecer, sem embargo de outro em sentido diverso, para com os quais fica registrado o devido respeito.

### **CONCLUSÃO**

Material e formalmente adequado o projeto de lei, segue favorável o presente parecer.

Contudo, à Vossa consideração.

Passa Sete, 18 de junho de 2021.

ELIANA WEBER  
Assessora Jurídica  
OAB/RS 60.217